



Educação & Realidade

ISSN: 0100-3143

educreal@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasil

Dias da Silva, Roberto Rafael; Henn Fabris, Elí Terezinha

Os Universitários como um Público: educação e governamentalidade neoliberal
Educação & Realidade, vol. 37, núm. 3, septiembre-diciembre, 2012, pp. 905-921

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227325005>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Os Universitários como um Públco: educação e governamentalidade neoliberal

Roberto Rafael Dias da Silva
Elí Terezinha Henn Fabris

RESUMO – Os Universitários como um Públco: educação e governamentalidade neoliberal. O presente texto propõe-se a apresentar os modos pelos quais a noção de público é produtiva para compreender as tecnologias de poder produzidas nas interfaces entre a educação e a comunicação no capitalismo contemporâneo. Tal conceito, produzido a partir de Gabriel Tarde, potencializa o entendimento de que os múltiplos materiais midiáticos que circulam em nosso tempo produzem uma sofisticação das tecnologias de poder. Examina-se, enfim, a gestão das mentes dos sujeitos universitários como uma tecnologia de poder característica do neoliberalismo contemporâneo, tal gerenciamento não apenas encaminha modos flexíveis de relacionar-se com o conhecimento, como também posiciona os sujeitos analisados em uma intensa rede de conexões permanentes.

Palavras-chave: **Educação. Comunicação. Públco. Governamentalidade. Universitários.**

ABSTRACT – The Scholars as a Public: neoliberal education and governamentality. This paper aims to present the ways in which the notion of public is productive to understand the technologies of power produced in the interfaces between education and communication in contemporary capitalism. This concept, created from the theories of Gabriel Tarde, enhances the understanding that the multi-media materials which have been used in our time produce a sophistication of technologies of power. We examine, therefore, the management of the minds of scholars as a technology of power typical of contemporary neoliberalism, such management not only forwards flexible ways of relating to knowledge, but also places the analyzed individuals in a dense network of permanent connections.

Keywords: **Education. Communication. Public. Governmentality. Scholars.**

Ora, é a partir do momento em que os leitores de uma mesma folha deixam-se ganhar pela ideia ou a paixão que a suscitou que compõem realmente um público (Tarde, 2003, p. 54).

A condição de investigador que procura mostrar os regimes de governamentalidade de um determinado tempo é marcada por uma atenção às práticas. Entender como as condutas de determinados sujeitos são conduzidas, primando por um olhar pelas exterioridades, talvez implique não apenas em um mapeamento das estratégias que são potencializadas, mas também das táticas que mobilizam e põe em ação este processo que podemos nomear desde Foucault de governamentalidade neoliberal. Sendo que a própria noção de poder passa a ser entendida como “[...] um domínio de relações estratégicas entre indivíduos e grupos que entre si tecem jogos de conduta que decorrem segundo a regra invariante da governamentalidade” (Ó, 2003, p. 34), consideramos produtivo para este texto tornar visíveis algumas das táticas que vemos movimentando-se nas mídias contemporâneas que fazem com que os sujeitos universitários contemporâneos sejam constituídos como um público.

Estaremos apresentando neste texto os modos pelos quais a noção de público torna-se importante para compreender as tecnologias de poder produzidas nas interfaces entre a educação e a comunicação. Tal conceito, produzido desde os escritos de Gabriel Tarde, no início do século XX, potencializa o entendimento de que os múltiplos materiais midiáticos que circulam em nosso tempo produzem uma sofisticação das tecnologias de poder, não mais circunscritas a um regime disciplinar (no eixo do corpo), mas operando sob outras modalidades de regulação, mais típicas do capitalismo contemporâneo. Acerca dessas modalidades de regulação aqui trataremos de um processo que toma a gestão das mentes dos sujeitos universitários como alvo privilegiado. Examinaremos neste texto, especificamente, os modos de constituição dos sujeitos universitários como um público, ou seguindo uma argumentação foucaultiana, a população em sua condição educável, desde “[...] suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos” (Foucault, 2008, p. 98-99).

Com essa intenção, organizamos o texto em quatro seções. Na primeira seção situamos brevemente a pesquisa da qual este artigo é derivado, seus materiais e suas preocupações investigativas. Na segunda seção, apresentamos alguns dos modos pelos quais os sujeitos universitários foram sendo produzidos ao longo da história, especialmente para marcar um deslocamento em sua condição na direção aos públicos. Na terceira seção, apresentamos o conjunto de condições que consideramos central para a emergência desta tecnologia de poder, para isso fazemos uso de sociólogos contemporâneos como Hardt, Negri e Lazzarato. Na quarta seção, além de discutir o conceito de público em Gabriel Tarde, finalizamos este texto apresentando uma análise na qual estes sujeitos, os universitários, têm suas mentes gerenciadas nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

A Pesquisa em Pauta

Desenvolvemos estas análises tomando como referência um conjunto de 20 edições do Caderno Vestibular, suplemento publicado semanalmente pelo jornal Zero Hora (RS), distribuídas no período de agosto de 2006 (23 de agosto, edição número 514) a julho de 2007 (25 de julho de 2007, edição número 563). Consideramos este período indicado, na medida em que neste cenário de um ano conseguíamos visualizar três processos preparatórios para o ingresso na universidade: dois concursos vestibulares de inverno e um de verão. Com isso, aproximamo-nos daquelas condições de possibilidade que nos permitiram olhar também para os acontecimentos sociais que produzem sentidos para a leitura dos enunciados que circulam nesses encartes. São nestes momentos que este material circula mais entre os grupos de estudantes, assim como se torna mais produtivo do ponto de vista da escola pelo seu conteúdo. Nestes períodos circulam mais enfaticamente discursos que se apresentam como do interesse da escola, da universidade e do mercado educacional e profissional.

Nas análises dos cadernos Vestibular/ZH priorizamos apenas as suas capas. Acreditamos que com elas, com suas manchetes, textos, imagens, cores e anúncios publicitários, poderíamos compreender algumas das condições de emergência de alguns discursos, assim como problematizá-los em suas relações de saber-poder. Consideramos que ao analisar os processos de constituição de sujeitos, fomos levados pelo jogo enunciativo palavra – imagem – sujeito que a capa põe em evidência, colocando-nos de forma interessada nas análises que fizemos dos enunciados em suas condições de emergência.

A intensa mobilização desse regime de enunciados levou-nos a pensar que aqueles materiais produziam estratégias de condução das condutas daqueles sujeitos (Foucault, 1995), potencializando uma sutil administração de suas subjetividades. Interessa dizer que a administração contemporânea das subjetividades tem se caracterizado, pelo menos sob três aspectos, tal como explica Nikolas Rose (1999). A primeira caracterização seria que cada vez mais as capacidades pessoais e subjetivas das pessoas têm sido agregadas aos interesses e aos projetos públicos. A segunda caracterização remete a ideia de que “a administração da subjetividade tem se tornado uma tarefa central da organização moderna” (Rose, 1999, p. 32). E a terceira, decorrente das anteriores, é que temos assistido ao aparecimento de um conjunto de novos especialistas das subjetividades, terapeutas de várias ordens têm povoado os diferentes campos sociais com a intenção de administrar as condutas dos sujeitos. Entretanto, ainda cabe destacar que os próprios sujeitos são chamados a gerir suas subjetividades, levando para o interior destas um dos princípios das democracias liberais.

No limite, podemos entender que as estratégias e as táticas de governamento das subjetividades operam infiltrando-se, minuciosamente, no “processo de regulação no interior mesmo de nossa existência e experiência como sujeitos” (Rose, 1999, p. 43). Seguindo as pistas de Foucault e de alguns de seus co-

mentadores, entendemos que o sujeito universitário constituído nas tramas do neoliberalismo emerge como “um empresário de si mesmo”. Aponta-se que, em especial no neoliberalismo americano, ocorre uma generalização da forma empresarial em todos os regimes de condução das condutas (Gordon, 1991). No jogo da empresa, entendido como princípio organizador das sociedades neoliberais, a condição de sujeito é vista como “[...] assumindo a forma de uma espécie de individualismo que envolve moldar a vida da pessoa como a empresa de si mesmo” (Peters, 2002, p. 221).

Observa-se, então, na descrição dos processos educativos do neoliberalismo americano, feita por Peters, que a educação exerce uma função central como base para o desenvolvimento econômico, o grande imperativo destas sociedades. Desde tal entendimento, não podemos prescindir de reafirmá-los enquanto produzidos nas relações com as mídias contemporâneas. Apontamos a mídia como um processo social (Silverstone, 2002), que também implica “[...] um reconhecimento de que ele é fundamentalmente político ou talvez, mais estritamente, politicamente econômico” (Silverstone, 2002, p. 17).

Ao longo do processo investigativo, começamos a observar a ferramenta da governamentalidade (Foucault, 2008) operando naqueles materiais. Para descrever estes regimes, optamos metodologicamente em descrevê-los enquanto estratégias, sustentadas e colocadas em movimentação por um conjunto de táticas. Esta ação produtiva de táticas e estratégias é que consideramos (desde as perguntas de pesquisa formuladas) enquanto um “regime de práticas” (Dean, 1999). Para desencadear estas novas movimentações, desde o uso da governamentalidade enquanto ferramenta analítica, permanecemos operando na exterioridade dos materiais, procurando fazer alguns deslocamentos.

O primeiro deslocamento que consideramos foi o das instituições, ou seja, ao operar com os regimes de constituição dos sujeitos universitários, não buscamos pontos de fixação nas universidades, nem mesmo nas mídias impressas. O segundo deslocamento metodológico a que nos propusemos, ainda sob inspiração foucaultiana, estava em olhar para a exterioridade das funções. “Portanto, substituir o ponto de vista interno da função, pelo ponto de vista externo das táticas e das estratégias” (Foucault, 2008, p. 158). Por fim, o terceiro deslocamento mobilizado referia-se aos objetos a serem analisados. Procuramos não nos fixarmos no estudo de um objeto em si mesmo, ou de uma questão investigativa em si mesma. Ao empreender suas pesquisas Michel Foucault procurava mostrar os modos pelos quais seus objetos eram constituídos ao longo da história, o que é claro não significa dizer que eles não existam. Por exemplo, “[...] podemos dizer sem dúvida que a loucura ‘não existe’, mas isso não quer dizer que ela não é nada” (Foucault, 2008, p. 158). Ao nos sugerir este triplo deslocamento metodológico para o estudo da governamentalidade, Foucault destaca uma compreensão das tecnologias de poder enquanto práticas políticas e culturais, redefinidas permanentemente no tempo e no espaço. Na próxima seção, apresentaremos alguns modos de constituição dos sujeitos universitários.

O Universitário na Cultura

Durante a segunda metade do século XX temos assistido a uma consolidação e a uma democratização dos centros de formação universitária em nosso país. Seja por iniciativa de governos estaduais ou do governo federal, ou mesmo por uma multiplicidade de iniciativas privadas, a educação superior no Brasil teve saltos significativos no número de estudantes frequentando estes estabelecimentos. Mesmo assim, ainda ostentamos um percentual pouco expressivo de universitários no que se refere à população brasileira de uma forma geral.

Invenção datada do período medieval (Burke, 2003), a universidade emerge vinculada a sociedade europeia letrada daquele período, em especial ligada a grupos corporativos (médicos, advogados) ou a igrejas (mosteiros, mesquitas). Quando usamos a noção de sociedades letradas remetemo-nos a descrição de “[...] grupos sociais cujos membros se consideravam ‘homens de saber’ (*docti, erudict, savants, Gelerhrten*) ou ‘homens de letras’ (*literati, hommes de lettres*)” (Burke, 2003, p. 26).

Nestas sociedades letradas, as universidades exerciam funções no desenvolvimento de secretários de governantes, aristocratas, clérigos ou eruditos, constituindo-se, enfim, como um lugar destinado a poucos. No período entre o século XV e o século XVIII, os universitários tomavam a si mesmos como “cidadãos da ‘República das Letras’” (Burke, 2003). Esta espécie de comunidade imaginária por eles instituída desenvolvia práticas comuns, “[...] como a troca de cartas, livros e visitas, para não mencionar modos ritualizados pelos quais os mais jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos” (Burke, 2003, p. 26).

Nas universidades deste período não encontramos práticas comuns aos procedimentos acadêmicos atuais, como os processos seletivos públicos ou as matrículas. Nos cursos de humanidades (*universitas*, como eram tratados), havia a exigência de o aspirante ter conhecimentos básicos em latim. A matrícula, tal como a conhecemos, não era uma prática recorrente. “O aluno era obrigado a vincular-se a um professor” (Burke, 2003, p. 193). Se não havia processo seletivo ou práticas de matrícula, como eram escolhidos os universitários? “A escolha incluía amizade, conhecimento pessoal, lugar de proveniência, apresentação ou indicação de outrem. Destarte, o professor tinha condições de avaliar o grau de conhecimento dos seus *scholares* e a sua capacidade para o estudo” (Ullmann, 2000, p. 194).

Conforme as descrições do historiador, processos públicos de seleção de estudantes não ocorriam na universidade medieval. Começaram a ocorrer nas academias europeias a partir do século XVII devido ao grande número de alunos que ocupavam estes espaços e as críticas aos modos como o ingresso ocorria. Universidades tradicionais como a de Bolonha e a de Paris eram marcadas (e contestadas) pelos privilégios e pelo nepotismo de seus processos seletivos. Assim sendo, tais processos emergiram como forma de validar moralmente as escolhas dos estudantes pelos seus mestres.

No que se refere aos cenários brasileiros, encontramos inúmeras aproximações herdadas das configurações europeias das instituições destinadas à produção do conhecimento, assim como de uma drástica posição de exclusão nos sistemas educacionais. As universidades emergiram na história brasileira ainda no século XIX, entretanto apenas popularizaram-se no século posterior. Somente no século XX que em todo o mundo ocorreu esta expansão, pois conforme dados da UNESCO, “[...] o número de matrículas de estudantes em escala mundial passou de 13 milhões em 1960 para 82 milhões em 1995. Dados de 2004 revelam um crescimento para 132 milhões de estudantes” (Neves, 2007, p. 14).

Nestes contextos, a condição universitária no Brasil tem estado na ordem do dia. Um conjunto de programas de inserção nas universidades públicas e privadas foi desencadeado neste país, em especial na última década. Programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos) ou mesmo as cotas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas têm pautado as políticas deste setor. Nossa objetivo neste momento não se aproxima da perspectiva de discutir as viabilidades ou não destas estratégias, apenas buscamos visibilizar a recorrente presença da educação universitária nos discursos e nas políticas contemporâneas.

No que se refere às pesquisas neste campo, notamos que têm se constituído em um campo fértil e plural. Em pesquisas recentes ganham centralidade investigativa as políticas educativas para o setor (Silva Jr.; Sguissardi, 2005); as aproximações com os processos de globalização (Dias Sobrinho, 2005); o acesso e a permanência na educação superior (Zago, 2006); dentre outras. Algumas destas análises apontam para a imbricação dos valores da sociedade capitalista contemporânea com as políticas de ensino superior, considerando uma ampla aproximação destes valores na tendência de construir um universitário direcionado aos interesses do mercado de trabalho. Talvez com isso, muitos destes olhares ainda constituam uma linguagem marcada pela busca de um universitário crítico, autônomo, mais politizado e esclarecido. Tendem a analisar as atuais práticas pedagógicas e políticas educativas assinalando outros caminhos para um mundo em transformação.

Somos conduzidos a pensar que esta condição universitária descrita, que talvez seja aquela que nos constituiu, parte de uma perspectiva idealizada, ou seja, parte do entendimento de que estes sujeitos trazem marcas/potencialidades naturais que os encaminharia (teleologicamente) para um lugar determinado (o sucesso profissional ou a consciência crítica, por exemplo). Sendo este sujeito previamente estabelecido em suas possibilidades, bastariam políticas públicas ou ações docentes que os conduzissem para um espaço de autonomia. As performances contemporâneas destas teorizações fazem do estar na universidade uma necessidade, das políticas educativas espaços de oportunidade e do conhecimento acadêmico algo socialmente relevante (Silva, 2010; Silva; Fabris, 2010). Com este olhar transversal, não estamos negando a relevância destas condições, nem mesmo reafirmando suas perspectivas teóricas, apenas visibilizamos algumas de suas condições. Ou seja, a condição universitária

emerge com bastante força nas pautas sociais de nosso tempo, ancorada em um outro arranjo de forças: a centralidade das mídias e o capitalismo neoliberal.

Mídia e Governamentalidade Neoliberal: um cenário

Importa destacar que o uso da governamentalidade, elaboração foucaultiana, foi produzido como uma ferramenta operatória para a reflexão sobre as práticas de governo em diferentes sociedades. Noguera (2009) aponta que o conceito funciona como uma “noção metodológica”, isto é, como “uma ferramenta para pensar, um instrumento para operar sobre um problema” (Noguera, 2009, p. 23). A noção de governamentalidade é uma ferramenta desenvolvida por Foucault que serviu para “o desenvolvimento de sua atividade de investigação e ensino” (Noguera, 2009, p. 23). Dessa forma, são os sentidos e os usos históricos (e não as definições) atribuídos a esse conceito foucaultiano que privilegiamos nessa composição analítica.

Em especial nos seus cursos do final dos anos 1970, Michel Foucault nos mostrou alguns dos deslocamentos nas artes de governar ocorridos desde o final da Idade Média. O filósofo mostra que nos períodos regidos pela soberania, primava-se pelo governo do território, no qual o princípio exercia um poder central e unificado. Com a emergência de uma literatura anti-Maquiavel, já pode ser notado um desbloqueio das artes de governar, visto que a ação de governar passa a operar em um outro registro: o governo é exercido não sobre a terra, mas sobre as coisas e as pessoas (Foucault, 2008). No limite, esta condição conduziu a uma governamentalização do Estado, fazendo com que este se multiplicasse em estratégias de governar.

Na Contemporaneidade, sob os imperativos do neoliberalismo e de seus modos de governar, novas estratégias de governamento são colocadas em ação. Uma das nuances do neoliberalismo está relacionada ao deslocamento das funções do Estado Moderno, não mais situado no âmbito do bem-estar social, mas posicionando-se como um agente de regulação das concorrências e um espaço de permanente fabricação das liberdades individuais. Ao mesmo tempo, o neoliberalismo, sobretudo em sua modalidade americana, postula-se como um modo de vida, como um tipo de produção das subjetividades que opera tanto no âmbito do Estado e das grandes corporações, quanto na cotidianidade da vida social – apresentando-se, dentre outros modos, como a generalização da forma-empresa descrita por Foucault. Desde essa grade de inteligibilidade é possível afirmar que as estratégias contemporâneas também operam a partir de outros regimes. Em aproximação a Lazzarato (2006), temos entendido que o eixo da governamentalidade não opera mais exclusivamente sobre os corpos da população, mas também é exercido através da constituição de públicos. Procurando dar visibilidade a esta questão, sobretudo no que tange às mídias e seus modos de operar nas tramas do contemporâneo, apresentamos duas leituras sociológicas que nos auxiliam na compreensão deste tempo. Utilizamos tais leituras para ampliar nosso olhar sob as estratégias contemporâneas

de governamento, sem a pretensão de vinculá-las diretamente ao pensamento foucaultiano.

Hardt e Negri (2002) apresentam a potencialidade da noção de *Império* como uma importante ferramenta para o entendimento do poder na Contemporaneidade. Mostram como o poder exercido no Império é caracterizado pela ausência de fronteiras, produzindo ações não-circunscritas a espaços fixos e isolados, física ou geograficamente. O Império opera como um regime no qual “[...] o objeto de seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como uma forma paradigmática de biopoder” (Hardt; Negri, 2002, p. 15). Com o Império, os modos de exercício de poder talvez estejam afastando-se das ações disciplinares corpo-a-corpo, sendo incentivadas novas modalidades, que necessariamente não excluem as que as antecediam.

As máquinas de comunicação e da informação neste novo regime exercem, enfim, um papel central não apenas na coordenação dos modos de vida cultural, mas também sobre os modos de constituição das subjetividades. Quando o poder não tem fronteiras, as mídias passam a ser importantes condutores e operadores destes cenários. Hardt e Negri chegam a aproximar analiticamente as mídias contemporâneas (em suas estratégias de cooperar com o controle imperial) ao éter. Éter no sentido de que sua estrutura fluídica permite espalhar-se por todos os espaços da vida social. O éter poderia ser comparado ao poder democrático, visto que a “[...] comunicação é a forma de produção capitalista na qual o capital teve êxito em submeter a sociedade inteira e globalmente ao seu regime, suprimindo todos os caminhos alternativos” (Hardt; Negri, 2002, p. 368). Este poder imperial talvez nos leve a pensar as configurações culturais desta nova organização do capitalismo.

Considerando que os poderes imperiais percorrem redes flexíveis e flutuantes, as indústrias de comunicação exercem centralidade nestas configurações. A comunicação não apenas organiza a produção em uma nova organização global, como produz estilos de vida, imanentes a esta organização. Desta forma, o poder enquanto produz, regula as diferentes possibilidades de comunicação nestes espaços. “A linguagem, à medida que comunica produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as” (Hardt; Negri, 2002, p. 52). A produção das subjetividades parte da perspectiva de que, tal como os mercados, elas são administráveis.

Avançando nesta problematização pretendemos mostrar algumas das estratégias colocadas em movimentação pelas mídias contemporâneas, estratégias estas que dão condições para estes cenários aproximados a uma sociedade de controle (Deleuze, 2007). Duas noções trabalhadas pelo sociólogo Maurízio Lazzarato (2006), sob inspiração de Gabriel Tarde, consideramos importantes para pensar as mídias e suas tramas de poder: a formação de públicos e a noopolítica.

As sociedades de controle ao exercerem ações a distância servem-se das mídias contemporâneas como operadores desta ação. Aproximando-se da sociologia de Tarde, do final do século XIX, Maurízio Lazzarato (2006) procura

mostrar os modos pelos quais as populações deixam de ter a centralidade nas práticas de governo, fazendo emergir naquele contexto uma “era dos públicos”; ou seja, “uma época em que o problema fundamental era manter juntas as subjetividades quaisquer que agem a distância umas sobre as outras, em um espaço aberto” (Lazzarato, 2006, p. 75). Com o avanço nas tecnologias de informação e de comunicação o objetivo maior do governo é aproximar subjetividades.

Considerando os regimes de uma governamentalidade neoliberal, descritas nas seções anteriores, na era dos públicos a noção de grupo social não exerce centralidade nesta sociologia. “No final do século XIX, no momento em que as sociedades de controle começavam a elaborar suas próprias técnicas e seus próprios dispositivos, o grupo social não se constituía mais nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos)” (Lazzarato, 2006, p. 75). Ampliaremos essa discussão sobre os públicos nas análises da próxima seção.

A outra noção que buscamos em Lazzarato é a de noopolítica, entendida como um conjunto de ações de controle que se exercem sobre os cérebros de cada indivíduo. Nos regimes das sociedades de controle “as novas relações de poder têm como objeto a memória e seu *conatus* (a atenção) como noopolítica” (Lazzarato, 2006, p. 86). Estes regimes de relações operam em campos diferentes daqueles em que as sociedades disciplinares movimentavam-se. “Se as disciplinas moldavam os corpos ao constituir hábitos, principalmente na memória corporal, as sociedades de controle modulam os cérebros, constituindo hábitos, sobretudo na memória mental” (Lazzarato, 2006, p. 86).

Nas sociedades de controle, então, a modulação da memória é uma das estratégias mais importantes da noopolítica. “Nas sociedades de controle, todos os dispositivos de ação à distância de um cérebro sobre outro cérebro podem ser definidos como tecnologias do tempo ou da memória” (Lazzarato, 2006, p. 174). Considerando estas ações, as mídias tornam-se importantes operadores da noopolítica, visto que a comunicação, entendida como uma prática, deixa de ser entendida em cenários ideológicos para se tornar um convite a aproximação das subjetividades, na formação de múltiplos públicos como explica o sociólogo. Logo, nos jogos da noopolítica busca-se uma aproximação das subjetividades, através de estratégias de regulação das mentes. As práticas midiáticas, enquanto máquinas de expressão, potencializam ações noopolíticas.

Enfim, na cultura do novo capitalismo (Sennett, 2006), na qual o poder movimenta-se sob a égide do Império (Hardt; Negri, 2002), a produção das subjetividades nas mídias contemporâneas dá-se através da formação de públicos (Lazzarato, 2006). Ainda é preciso fazer uma ressalva: ao fazermos este jogo de relações não pretendemos esgotar possibilidades, nem mesmo dizer que estas teorizações são únicas, universais ou incondicionais. Acreditamos que são estes cenários aqui descritos que dão condições de possibilidade para as análises que serão desenvolvidas na próxima seção, ou seja, dos modos de constituição dos sujeitos universitários enquanto públicos, tomando como estratégia de ação a gestão de suas mentes.

Os Universitários como um Públco

Pensar em instituições ou em agrupamentos profissionais que não possuam uma publicação como circulação interna é atualmente inimaginável. Pelo menos desde a Revolução Francesa tornou-se comum tais agrupamentos sociais possuírem suas publicações. Multiplicam-se desde o final do século XIX publicações tais como jornais de sindicatos, de partidos políticos, de universidades, dentre outras. Estes acontecimentos sociais interessaram a um sociólogo francês que habitava aquele período: Gabriel Tarde. Dentre uma densa produtividade investigativa, mas pouco lida nos espaços acadêmicos brasileiros, a questão da constituição dos públicos foi uma das temáticas com maior repercussão na obra do sociólogo. O conceito de público, segundo Tarde em seu livro “A Opinião e as Massas”, é diferenciado de um outro conceito significativo para aquele período, o conceito de multidão.

Conforme o sociólogo, o conceito de público é mais sofisticado que o de multidão, uma vez que é derivado de um tempo em que, com o advento da imprensa enquanto uma tecnologia social, as sociedades assumiam modos diferenciados de associação. A noção de multidão remeteria a agrupamentos quaisquer, ligados a uma naturalidade da espécie humana em movimento. As multidões, tais como multiplicidades em movimento, estavam vulneráveis a eventos políticos e sociais, movimentadas por grandes líderes e, em geral, para o início do século XX, produziam agitações coletivas, desordens políticas e eram dependentes dos grandes púlpitos: cafés, clubes, salões de festas ou mesmo teatros.

Uma caracterização da noção de multidão que se tornará mais elaborada posteriormente, é a ideia de que as multidões não são espaços de harmonia ou de consenso. São campos de tensionamentos permanentes, em suas relações sociais, pois

[...] o vínculo dos indivíduos dispersos que os compõem consiste não em harmonizarem-se por suas próprias diversidades, por suas especificidades reciprocamente úteis, mas em se inter-refletirem, em se confundirem por suas similitudes inatas ou adquiridas num simples e poderoso uníssono [...], numa comunhão de ideias e paixões que dá livre jogo, alias, a suas diferenças individuais (Tarde, 2003, p. 51).

Esta caracterização permanece constante e produtiva no conceito emergente produzido por Tarde. Os públicos, segundo o sociólogo, seriam derivados das multidões, entretanto possuíam algumas peculiaridades específicas a serem observadas pelos analistas sociais. Fazer a análise do público implicaria em entendê-lo, não como uma massa naturalmente disposta (que seria o caso das multidões ou massas), mas “[...] como uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é inteiramente mental” (Tarde, 2003, p. 29). Tarde pretende ao longo de sua

análise mostrar um deslocamento no modo de associação social desde o período anteriormente citado. Das multidões aos públicos.

Tarde (2003) inquieta-se com um tempo em que as relações sociais começam a ser produzidas sem a necessidade de contatos físicos. O fato de um conjunto de pessoas lerem o mesmo jornal impressiona o sociólogo. A emergência dos jornalistas ou dos publicistas como figuras políticas, formadoras de opinião, é, de fato, um dos acontecimentos mais produtivos daquele tempo. Tarde ainda propõe-se, ao longo do texto que apresenta este conjunto de questões, classificar os diferentes tipos de público e de multidão: quanto ao sexo, quanto à idade, quanto à fidelidade ao impresso, quanto aos objetivos que os animam. Entretanto, dois aspectos da formação descrita pelo sociólogo gostaríamos ainda de evidenciar: a paixão pela atualidade e a noção de clientela comercial.

O sociólogo argumenta que na formação dos públicos há uma permanente busca pela atualidade. Não a atualidade enquanto uma essência fundadora da pauta jornalística. Nem mesmo como uma busca individual de um jornalista para influenciar seu público. A atualidade funcionaria como uma sensação que constituiria os próprios leitores. A sensação da atualidade move-se como uma tecnologia coletiva na constituição dos públicos. Ainda que possa parecer individual, tal sensação é movida por um tipo de sociabilidade na qual a opinião pública é fabricada pelas dinâmicas da imprensa moderna. Estas novas sociedades são derivadas de uma “sugestão a distância” (Tarde, 2003, p. 32), que somente é possível com uma vivência em espaços urbanos. Ou seja, a sensação de atualidade é fabricada pelas próprias dinâmicas da imprensa moderna que funciona como uma tecnologia coletiva. A mobilização deste conjunto de estratégias operaria segundo o sociólogo na constituição dos públicos.

Uma outra caracterização da constituição dos públicos é a produção de uma clientela comercial. Segundo Tarde, os públicos são espécies muito singulares de clientelas, que inclusive tendem a reduzir a ideia de clientelas. Os fatos das pessoas comprarem os mesmos produtos nas mesmas lojas vestirem-se nos mesmos alfaiates ou frequentarem os mesmos restaurantes estabelece vínculos sociais. Como explica Tarde, esta mobilização de clientelas é mais que um processo econômico, pois “[...] seu desejo nutre-se do desejo de outrem e, em sua própria emulação, há uma secreta simpatia que procura se desenvolver” (Tarde, 2003, p. 43).

A articulação entre estas duas características na constituição dos públicos descrita por Gabriel Tarde será potencializada nas tramas do capitalismo contemporâneo. Tomamos estas duas noções tardeanas como chaves de leitura para a produção contemporânea dos universitários como um público. Em um tempo onde as práticas de governo partem da formação de públicos (Lazzarato, 2006), as ações a distância (mente a mente) das quais um jornal potencializa tornam-se produtivas. Ao produzir enunciados na ordem da livre escolha, Vestibular/ZH cria um campo de possibilidades para seus leitores, o que passa pelas tramas de poder contemporâneas. Adaptar-se a um novo ritmo apresenta-se como um imperativo de vida que produz muito mais do que ges-

tionar um tempo ou um corpo, mas movimenta-se no campo de aproximar as subjetividades de um público. A partir destas condições – formação de públicos e práticas de governamento – é que notamos a mobilização da estratégia de gestão das mentes dos sujeitos universitários. Nessa direção, o referido material vai constituindo um repertório de sugestões, nas quais priorizaremos o pensar em rede, os modos de estudar e o controle emocional.

A capa a seguir apresenta algumas caracterizações deste modo de pensar em rede proposto pelo caderno Vestibular/ZH.

Figura 1



Fonte: Zero Hora, Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 564.

Esta edição de Vestibular/ZH propõe-se a ensinar um método de estudo. Retomando os argumentos de Lazzarato (2006), a Contemporaneidade tem mostrado outros modos de condução das condutas dos sujeitos. Um pouco diferente das políticas modernas de gestão das vidas, a biopolítica (no sentido foucaultiano), atualmente temos visto um deslocamento de ênfase nestas práticas de controle. O alvo agora seriam as mentes, uma noopolítica, na qual o objetivo é aproximar subjetividades na constituição de públicos específicos. O sociólogo explica que as práticas noopolíticas operam em primeiro lugar sobre a atenção. Neste sentido, “a modulação da memória será então a função mais importante da noopolítica” (Lazzarato, 2006, p. 86). Retomando o olhar para a capa analisada, apontamos que a ênfase dada pelo material midiático constitui-se como uma tática de aproximação destas subjetividades para um outro jeito de pensar. Os fragmentos abaixo dão continuidade a este campo de regularidades.

Renan decidiu ser aprovado este ano. Queria realmente conquistar uma vaga na Administração da UFRGS. E a obteve. Estudando e ainda trabalhando meio turno. Como? Evitando festas, assistindo a aulas e estudando todas as noites, com folgas nos finais de semana. Estudar certo garante bom desempenho. O problema é que não existe um jeito certo, mas muitos. Seja qual for a sua maneira de estudar, o método vai exigir pensamento em rede. Isso mesmo. Com um computador, é possível desenvolver um jeito de ligar os conteúdos e chegar ao objetivo (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 564, 01 ago. 2007).

O que é pensar em rede?

É estudar e aprender fazendo relações. O método se utiliza de mapas conceituais em unidades de aprendizagem, que favorecem os processos mentais e levam o aluno a integrar o conhecimento, fazendo relações, ampliando conteúdos e fazendo ligações entre os diferentes conceitos. Conheça o roteiro para a construção de um mapa conceitual (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 564, 01 ago. 2007).

Expressões como “estudar não é colecionar livros na estante”, “estudar é fazer relações entre conteúdos” ou “eu tive de reaprender a estudar” apontam para os leitores deste suplemento que para atingir êxito nas carreiras a que se propõem, não basta estudar de qualquer modo. A Contemporaneidade impõe novos modelos de estudo, que se aproximam a um pensar em rede. Entretanto, esta tática do pensar em rede, também pensa os tempos e os corpos, visto que a ocupação e a produtividade dos horários de lazer são colocadas em pauta. Estudar fazendo relações é um modo flexível de se envolver com os conhecimentos. Aliás, nota-se que nesta configuração o conhecimento perde um pouco da centralidade nos processos de estudo. Neste pensar em rede o que conta mais é o modo de estudo, é a competência de ser capaz de executar determinado tipo de pensamento. Dando continuidade ao gerenciamento dos modos de estudar, os fragmentos abaixo apresentam outras possibilidades.

Junho, julho e agosto

Leitura e muita saúde

Frio combina com leitura. *Abra espaço em seu horário para ler. As questões de atualidades do vestibular estão nas páginas de economia, política e cultura de jornais e revistas.* Busque a lista de obras literárias obrigatórias da instituição onde você irá prestar o vestibular, mas não se contente com o material. *Mantenha um dicionário a mão e leia tudo o que puder. O hábito lhe dará vantagem na interpretação de textos de outras disciplinas e lhe trará argumentos para a redação* (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 559, 27 jun. 2007).

No time que inclui *o jornal como material de aula*, a professora de redação do Unificado Luisa Canella é a campeã. Para ela, *aluno alienado é aluno com poucas chances de ser aprovado*. E ler as notícias, para quem precisará escrever e demonstrar uma opinião, é o mais indicado.

- *O candidato precisará de argumentos* na hora da prova. Um detalhe de informação pode mudar um texto. *A universidade busca alunos conectados*, e a leitura do jornal significa *estar ligado ao mundo* – diz Luisa, indicando ainda a leitura diária dos editoriais (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 550, 25 abr. 2007).

Ainda argumentando que estas táticas de Vestibular/ZH operam ensinando modos de pensar, enfatizando os cérebros e desta forma potencializando uma gestão das mentes, os fragmentos dão continuidade ao campo de visibilidades desta gestão dos sujeitos e de suas possibilidades de trabalho. Os fragmentos mostram que estes modos de pensar partem da perspectiva da atualização permanente. Desta forma, jornais e revistas podem tornar-se ferramentas básicas para os processos de estudo destes sujeitos. Com ideias como “a interpretação de textos é básica”, “a universidade busca alunos conectados” ou que “aluno alienado não será aprovado” este material potencializa a atualização permanente através das diferentes mídias como modos de pensar produtivos. Os fragmentos a seguir posicionam uma terceira tática de gestão das mentes que gostaria de apresentar. A regulação das emoções dos sujeitos como operação de gestão das mentes.

Gula

É a pressa de passar. Vestibular se faz não para ser aprovado, mas até passar. *Essa fome incontrolável, ansiedade e apreensão, afetando o desempenho.*

O remédio é estudar com regularidade, planejamento e antecedência. A aprovação é resultado de um processo. Para isso, é necessário aprender a controlar a parte emocional. Vestibular se faz até passar, o que nem sempre vem na primeira tentativa (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 562, 18 jul. 2007).

Inveja

Acontece quando o vestibulando *fica vigiando a vida*, as notas e as coisas boas dos outros. Quem cai nesse *pecado gasta energia emocional* com algo que não traz resultado. Atrapalha qualquer coisa não somente o estudo.

Para sair dessa, é preciso pensar na própria vida, sem fazer comparações com os desempenhos dos outros. *Quem reclama e se acha vítima não avança* (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 533, 18 jul. 2007).

Para quem busca o sucesso não vale a pena ficar se culpando ou acompanhando o processo dos outros. Um universitário não pode perder o controle de suas emoções ou ficar vigiando a conduta. Nesse jogo de condições, a tática operante joga com a perspectiva de que somente o sujeito é responsável pelo seu controle emocional, visto que para isso bastariam regularidade, planejamento e antecedência. Outra nuance desta tática indica que o sujeito não pode fazer de si mesmo um obstáculo. É preciso vencer a si mesmo, extrapolar suas dificuldades, na medida em que “quem reclama e se acha vítima não avança” (Caderno Vestibular/ZH, Edição n. 533, 18 jul. 2007). No limite, a tática de gestão das mentes opera aproximando subjetividades mostrando modos de pensar, formas de atualização e a necessidade do autocontrole.

Enfim, o presente texto tratou de apresentar o conceito de público, produzido desde os escritos de Gabriel Tarde, como uma ferramenta para a problematização das relações entre educação e comunicação. Assim, desde uma pesquisa que investigou a constituição de sujeitos universitários na Contemporaneidade, apresentamos a gestão das mentes destes sujeitos como uma tecnologia de poder. Considerando a centralidade das mídias nas culturas contemporâneas, novas e significativas tecnologias de poder são mobilizadas, das quais a constituição de públicos mostra-se como uma estratégia privilegiada. O gerenciamento das mentes dos universitários, desde práticas e ações a distância (noopolíticas), encaminham não apenas modos flexíveis de relacionar-se com o conhecimento, mas posiciona os sujeitos analisados em uma intensa rede de conexões permanentes.

Recebido em março de 2011 e aprovado em setembro de 2011.

Referências

- BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DEAN, Mitchell. **Governmentality:** power and rule in modern society. London: Sage, 1999. P. 09-27.
- DELEUZE, Gilles. Política. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações.** São Paulo: Ed. 34, 2007. P. 209-226.
- DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior, Globalização e Democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, 2005.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul; FOUCAULT, Michel. **Uma Trajetória Filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, População e Território**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GORDON, Colin. Governmental Rationality: an introduction. In: BURCHEL, G.; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Org.). **The Foucault Effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago, 1991. P. 01-50.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LAZZARATO, Maurizio. **As Revoluções do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Desafios da Educação Superior. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 14-21, jan./jun. 2007.
- NOGUERA, Carlos. La Gubernamentalidad en los Cursos del Profesor Foucault. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 21-34, maio/ago. 2009.
- Ó, Jorge Ramos do. **O Governo de Si Mesmo**: modernidade pedagógica e encarnações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.
- PETERS, Michael. Governamentalidade Neoliberal e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 211-224.
- ROSE, Nikolas. Governando a Alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Liberdades Reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 30-45.
- SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da. Universitários Flexíveis: a gestão dos talentos no capitalismo contemporâneo. **Educação UFSM**, v. 35, n. 2, p. 259-272, maio/ago. 2010.
- SILVA, Roberto Rafael Dias da; FABRIS, Elí Terezinha Henn. O Jogo Produtivo da Educabilidade/Governamentalidade na Constituição de Sujitos Universitários. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 352-363, maio/ago. 2010.
- SILVA Jr., João dos Reis; SGUSSARDI, Valdemar. A Nova Lei de Educação Superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 05-20, maio/ago. 2005.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia**. São Paulo: Loyola, 2002.
- TARDE, Gabriel. **A Multidão e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **A Universidade Medieval**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- VESTIBULAR. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 533, 18 jul. 2007.
- VESTIBULAR. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 550, 25 abr. 2007.
- VESTIBULAR. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 559, 27 jun. 2007.
- VESTIBULAR. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 562, 18 jul. 2007.
- VESTIBULAR. **Zero Hora**, Porto Alegre, n. 564, 01 ago. 2007.
- ZAGO, Nadir. Do Acesso à Permanência no Ensino Superior: percursos de estudantes

universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

Roberto Rafael Dias da Silva é professor Adjunto na Área de Fundamentos da Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim/Rio Grande do Sul.

E-mail: robertoddsilva@yahoo.com.br

Elí Terezinha Henn Fabris é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

E-mail: efabris@unisinos.br